Proc. TC-000.726/2014-1
Tomada de Contas Especial
Recurso de Reconsideração

Parecer

Trata-se de Recurso de Reconsideração interposto pelo Senhor Raimundo da Silva Parente contra o Acórdão n.º 13.588/2016-TCU-2.^a Câmara (peça 31), o qual julgou irregulares as suas contas, aplicando-lhe a multa capitulada no art. 58, inciso I, da Lei n.º 8.443/1992, na quantia de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais).

2. Este processo tem origem na Tomada de Contas Especial instaurada pela Caixa Econômica Federal (CEF) em desfavor dos ex-prefeitos de Goianorte/TO: Pedro Pereira da Silva (Gestão 2001 a 2004), Antônio de Souza Parente (Gestão 2005 a 2008) e Raimundo da Silva Parente (Gestão 2009 a 2012).

3. O recorrente suscita nulidade no *decisum*, consistente na sua citação por edital, uma vez que as correspondências, que lhe foram enviadas, não foram entregues em seu endereço, além de arguir a sua irresponsabilidade na omissão da prestação de contas.

4. A Secretaria de Recursos (Serur) manifesta-se no sentido de que as formas de comunicação oficial utilizadas pela Unidade Técnica continham todos os requisitos estabelecidos na Lei Orgânica do TCU, possuindo assim todos os dados necessários e suficientes para que o recorrente pudesse ter total conhecimento da conduta que lhe estava sendo imputada, além de consolidar entendimento de que o recorrente deve ser responsabilizado pela omissão na prestação de contas (peça 64).

II

5. Quanto à invalidade da citação, observamos que, antes do uso da via editalícia, a Unidade Técnica citou o recorrente em duas oportunidades distintas por meio de carta registrada e uma por meio de servidor designado, em observância ao art. 179, inciso II, do RI/TCU e arts. 3.º, inciso II e 6.º, inciso II, a, c da Resolução TCU n.º 170/2004.

6. Na primeira tentativa dos correios em entregar a documentação, a correspondência foi devolvida pelo motivo “mudou-se”. Tendo em vista o insucesso na entrega do expediente, a Secex-TO efetuou novas pesquisas de endereço e se certificou que o endereço do responsável constante da base de dados cadastrais do Tribunal, em 17/7/2014 (peça 11), continuava o mesmo então utilizado na primeira tentativa de entrega (Avenida Antenor Barreira 760, Casa, Centro, Goianorte/TO, 77695- 000). Subsequentemente, a unidade técnica realizou pesquisas junto ao site telelista.net, porém não obteve êxito (peça 9).

7. Incansável na apuração do real endereço do responsável, a Secex-TO realizou pesquisas na base de dados do CPF (Receita Federal), em 18/9/2014, o que propiciou identificar a alteração do endereço do responsável, que passou a constar como sendo “Al 26, Lote 21, 110 Sul, Casa, Plano Diretor Sul, Goianorte” (peça 13). Tal logradouro, porém, não foi encontrado na cidade de Goianópolis, como apontava o site da Receita Federal. Em análise mais acurada, constatou-se, por intermédio de pesquisas realizadas junto ao site de busca dos correios, que o referido endereçamento era compatível com o utilizado na capital do Estado, Palmas (peças 17 e 18).

8. Com esse novo endereço, fez-se outra tentativa de entrega do expediente por meio de carta registrada. Os correios, então, informaram da inexistência do número constante do endereço do destinatário. Posteriormente, objetivando maior eficiência e eficácia na entrega da documentação, esta Corte utilizou de servidor designado para reenvio do expediente de audiência ao referido responsável, porém, mais uma vez, restou infrutífera a tentativa, em face da inexistência do endereço Alameda 26 na referida Quadra (peças 19 e 20).

9. Percebe-se, diante desse cenário e pelas informações constantes do presente processo, incongruências nas bases de dados oficiais e não oficiais relativas aos supostos endereços atribuídos ao Senhor Raimundo da Silva Parente.

10. Com as vênias de estilo, em que pese os esforços envidados pela Unidade Técnica, entendemos que houve nulidade na citação por edital, uma vez detectadas incongruências nos endereços apontados como do responsável nas bases de dados apuradas, sem perder de vista que é relativa a presunção de veracidade e de atualização das informações de endereço constantes das bases oficiais. Destarte, imperiosa se torna a realização de nova citação, em reverência aos princípios constitucionais da ampla defesa e do contraditório.

11. O fato de os processos administrativos estarem jungidos aos princípios do formalismo moderado e da economia processual não permite o sacrifício do devido processo legal e dos princípios da ampla defesa e do contraditório (CF, art. 5.º, inciso LV).

12. Com efeito, o esgotamento dos meios para localização do destinatário deve ser apoiado em procedimentos levados a cabo no âmbito de cada processo, ainda que tal medida torne o deslinde do feito um pouco mais demorado. Não é demais lembrar que as comunicações processuais são expressão concreta do princípio constitucional da ampla defesa e do contraditório e, por isso, não admitem, salvo normatização expressa, relativização quanto ao plano da validade.

13. Identifica-se, na peça recursal do responsável (peça 51), o seguinte endereço “Quadra 110 sul, alameda 21, lote 26, centro, plano diretor da Capital Palmas”. Ao averiguar o endereço constante da base de dados da Receita Federal, identifica-se o seguinte endereçamento: AL 26 LT 21 110 Sul, Casa, CEP 77695-000 Plano Diretor Sul, Goianorte (peça 13).

14. Ora, nítida a confusão dos endereços. Verifica-se que os números constantes como da alameda e do lote foram invertidos nas bases de dados analisadas. Destaque-se, ainda, o erro quanto à identificação da cidade, que na base de dados da Receita Federal consta Goianorte, e no endereço constante da peça recursal, Palmas.

15. Nos termos da Resolução TCU nº 170/2004, a citação por via de edital ocorrerá quando o seu destinatário não for localizado. Considera-se não localizado, nos termos do parágrafo segundo do art. 3º da mencionada Resolução:

§ 2º Considera-se não localizado, para os fins do que dispõe o inciso IV deste artigo, o destinatário que estiver em lugar ignorado, incerto ou inacessível.

16. Uma vez caracterizado o prejuízo do responsável quanto ao exercício do direito de ampla defesa e do contraditório e com vistas a resguardar futuras alegações de cerceamento de defesa, esta representante do Ministério Público manifesta-se por que, preliminarmente, seja declarado insubsistente o Acórdão n.º 13.588/2016-TCU-2ª Câmara (peça 32) ante a invalidade de que padecem as comunicações processuais levadas a efeito, com a conseguinte renovação da audiência do Senhor Raimundo da Silva Parente, na forma prevista no art. 179, inciso II, do Regimento Interno, tendo por base o endereço ora declarado pelo próprio requerente.

III

17. Na eventualidade de não ser acolhida a preliminar suscitada, passamos a analisar o mérito.

18. O Senhor Raimundo da Silva Parente foi prefeito de Goianorte/TO na gestão 2009 a 2012. O Contrato de Repasse iniciou-se na gestão anterior em 30/06/2005 (peça 1, p. 66), porém estendeu-se até a gestão do recorrente 30/06/2011 (peça 1, p. 70, 72, 74, 76, 78, 80).

19. Em consonância com a cláusula décima segunda do contrato de repasse (peça 1, p. 64), a Prestação de Contas referente ao total dos recursos deveria ser apresentada em até sessenta dias após o término da vigência do contrato. Tal prazo, por óbvio, coincide com a gestão do responsável, ora recorrente.

20. Feito esse registro, esta representante do Ministério Público, manifesta-se, em caráter sucessivo, concorde com a proposta de mérito formulada pela Serur no sentido de se negar provimento ao recurso, mantendo-se, por conseguinte, os termos da condenação imposta ao responsável (peças 64 a 66).

Ministério Público, 22 de fevereiro de 2018.
Cristina Machado da Costa e Silva
Procuradora-Geral